

**Art. 65 – A presente Lei** aplica-se-á às empresas permissionárias, seus empregados, prepostos ou representantes, assim como aqueles que efetuarem o serviço de carregadores.

**Art. 66 -** A critério da Administração, poderá ser cancelada a venda de toda e qualquer mercadoria ou produto, quando julgada inconveniente ao interesse público.

**Art. 67 – As empresas** permissionárias, para o seu efetivo funcionamento no Terminal Rodoviário, deverão atender as exigências da saúde pública, regulamentos expedidos pelos órgãos federais, estaduais e municipais.

**Art. 68 -** A Administração expedirá normas e instruções complementares para o fiel cumprimento deste Regulamento e outras que se fizerem necessárias ao perfeito funcionamento do Terminal Rodoviário, no prazo de 120 (cento e vinte dias), contados da publicação desta Lei.

**Art. 69 -** Para fazer face às despesas decorrentes desta Lei serão usados recursos do Orçamento Municipal.

**Art. 70 -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã, 23 de dezembro de 2013.

Ludimar Godoy Novais

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.004, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.**

***“Dispõe sobre a doação de bem imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã-MS e dá outras providências.”***

**Autor:** Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar ao Grupo de Ação e de Prevenção as Pessoas Vivendo com HIV/AIDS de Ponta Porã - GAPP, áreas urbanas de sua propriedade, denominadas pelos Lotes 07 e 08 da Quadra 43, do Bairro Residencial Ponta Porã II, na cidade de Ponta Porã, medindo 10,00 x 20,00 cada um, perfazendo uma área de 400,00m², matriculados sob os números 38.445 e 38446 respectivamente.

**Art. 2º.** A área a ser doada pelo Município de Ponta Porã ao Grupo de Ação e de Prevenção as Pessoas Vivendo com HIV/AIDS de Ponta Porã - GAPP destinar-se-á à construção da sede própria da entidade.

**Art. 3º.** Para viabilizar a doação, o imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã fica desafetado de sua destinação original.

**Art. 4º.** Deverá constar, obrigatoriamente, na escritura pública e no Registro Imobiliário que a doação é efetivada observando as seguintes condições:

I – A entidade donatária fica obrigada a destinar a área objeto da presente doação exclusivamente para execução da atividade constante no artigo 2º desta Lei.

II – O imóvel objeto desta doação não poderá, em qualquer hipótese, ser alienado ou dado em garantia a qualquer título, ficando gravado com cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

**Parágrafo único** – O descumprimento de qualquer obrigação relacionada na presente implicará na reversão da doação sem direito de qualquer indenização ao donatário, seja a que título for.

**Art. 5º.** Eventuais despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento em vigor.

**Parágrafo único.** As despesas decorrentes da transmissão correrão por conta da entidade donatária.

**Art. 6º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã, 23 de dezembro de 2013.

**Ludimar Novais Godoy**  
**Prefeito Municipal**

**LEI Nº. 4005, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*“Altera a Lei Municipal n. 3.360, de 05 de maio de 2004 que institui o Fundo de Investimentos Esportivos e dá outras providências”.*

**Autor:** Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Os artigos 1º, 7º e 8º da Lei Municipal 3.360, de 05 de maio de 2004 que institui o Fundo de Investimentos Esportivos e dá outras providências, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º - Fica instituído o Fundo de Investimentos Esportivos – FIE, destinado a auferir recursos financeiros para a implementação dos programas e projetos de caráter esportivo e de lazer, que se enquadrarem nas diretrizes e prioridades do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – O FIE ficará vinculado à Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer – SEJUL, a qual será responsável pela sua gestão. (NR)”

“Art. 7º - Compete à Secretaria de Finanças e Planejamento: (NR)

[...]”.

“Art. 8º - O parecer de concessão e a prestação de contas dos gastos realizados em decorrência de investimentos em programas e projetos esportivos, ficará sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Ponta Porã, obedecidas as disposições legais. (NR)”